

Os Modelos de Desenvolvimento Econômico e os Rumos da Pesquisa em Economia Brasileira Contemporânea[♦]

Veridiana Ramos da Silva Carvalho – FEA-USP

Gilberto Tadeu Lima – FEA-USP

Resumo

Este trabalho objetiva racionalizar o rumo que a pesquisa em economia brasileira tomou no cenário pós-reformas do início do novo século. Na história econômica brasileira, dois modelos de desenvolvimento se destacaram quanto à capacidade de influenciar a política econômica brasileira: o modelo neoliberal e o estruturalista. Entre as décadas de 30 e 70, a política econômica teve forte influência estruturalista, enquanto nos anos 90, a política econômica teve influência predominantemente neoliberal. Frente à incapacidade das reformas dos anos 90 em reconduzir o país a uma trajetória de crescimento sustentável, os seguidores de ambos os modelos passaram a investigar os motivos desta incapacidade, porém baseados em modelos analíticos completamente distintos.

Palavras-Chave: economia brasileira; modelos de desenvolvimento; reformas.

Classificação SEP: Área 05 – Economia Brasileira Contemporânea

[♦] Cabem agradecimentos – acompanhados das isenções tradicionais – a Raul Cristóvão dos Santos, Nelson Henrique Barbosa Filho e Carlos Eduardo Soares Gonçalves por valiosas observações e sugestões.

1. Introdução

A década de 90 representou uma virada na história econômica do Brasil. A intensidade de transformações econômicas estruturais ocorridas nessa década não se verificava desde a década de 30, período classificado por Celso Furtado (1959) como o de deslocamento do centro dinâmico, ou seja, de transição de uma economia agro-exportadora para uma economia industrial.

Quando se analisa o conjunto dessas transformações e investiga-se a sustentação teórica que motivou a adoção dessas medidas, constata-se que essas transformações estavam embasadas em um conjunto de idéias, que se convencionou chamar de “Consenso de Washington”. Esse conjunto de idéias incluía um diagnóstico das economias latino-americanas e um encaminhamento para a solução desses problemas, ambos bastante distintos do diagnóstico e da forma de condução de políticas implementados até então na região. A adesão dos “*policy-makers*” a esse conjunto de idéias representou uma **mudança na estratégia de desenvolvimento da economia brasileira**, o que justifica a intensidade das transformações que, no Brasil, se concentraram na década de 90.

Passados mais de treze anos do início da implementação dessas reformas, é natural que se inicie um processo de avaliação, ainda que parcial e tentativo, dos resultados dessas medidas. Nesse sentido, não seria exagero afirmar, pelo menos em uma primeira avaliação, que a nova estratégia gerou resultados abaixo das expectativas, ao menos se for considerado como medidor de desempenho o indicador mais clássico possível, o crescimento do produto, que é, afinal, o objetivo final da política econômica. O Brasil terminou a década de 90 com um crescimento médio de 1.8%, inferior ao crescimento da década de 80 (3%) - a considerada década perdida - e os primeiros anos do século XXI não são mais animadores.

Diante desses dados, começou a ser questionada a eficácia desse “Novo Modelo Econômico”, proposto no “Consenso de Washington” como motriz de crescimento dos países em desenvolvimento. Ao contrário do início da década de 90, governos considerados de oposição e com tendências de “esquerda” que propunham mudanças na política econômica “neoliberal” foram eleitos em toda a América Latina e a aprovação da

população à economia de mercado e à políticas como a privatização despencou, como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 1 - Avaliação das Reformas

<i>What Latin Americans think of pro-market reforms</i>						
<i>In favor of :</i>						
	<i>Economic Integration</i>	<i>Foreign Direct Inv</i>	<i>Privatization</i>	<i>Market Economy</i>	<i>Price Freedom</i>	<i>Productive activ to private</i>
1996	74%					
1997	87%					
1998	88%	77%	52%	77%	63%	56%
2000			38%	67%	57%	
2001	84%		31%		59%	50%
2003			25%	18%		

FONTE: Lora, E., Panizza, Ugo y Agnoli, M Q *Reform Fatigue:Symptoms,Reasons, Implications,*

Nesse contexto, este trabalho se propõe a recuperar a base teórica de dois Modelos de Desenvolvimento que influenciaram fortemente a política econômica ao longo da história brasileira recente com o objetivo de entender os rumos de pesquisa em economia brasileira contemporânea. Dessa forma, podem-se constatar outras correntes de pensamento econômico, mas o grande debate para a elaboração de políticas econômicas no Brasil sempre ocorreu entre o que será denominado, com toda a simplificação que uma classificação exige, de **neoliberais e estruturalistas ou desenvolvimentistas**.

De maneira geral, podemos dizer que a corrente de pensamento estruturalista ou desenvolvimentista influenciou fortemente a política econômica entre as décadas de 30 a 70. Foi com a crise dos anos 80, e possivelmente como consequência dela, que a estratégia desenvolvimentista deixa definitivamente de ser predominante, e que a estratégia neoliberal retorna com toda a força na influência da política econômica, motivando o processo de reforma nos anos 90.

Em um momento de questionamento sobre a capacidade da estratégia neoliberal em promover crescimento sustentável, os seguidores de ambos os modelos passaram a investigar os motivos dessa incapacidade, porém baseados em modelos analíticos completamente distintos.

Assim, para entender os rumos da pesquisa em economia brasileira com base nos dois modelos de desenvolvimento, este texto está organizado nas seguintes seções, além desta introdução. O primeiro aspecto que se torna imprescindível é a classificação, com o

máximo de precisão possível, do que será denominado, no contexto deste trabalho, de neoliberais e estruturalistas ou desenvolvimentistas, com o objetivo de evitar as conotações pejorativas e a transformação destes conceitos em “chavões do debate político”. Isto é, portanto, feito na segunda seção.

Na terceira seção será reconstituído, sucintamente, o marco teórico dos modelos, culminando em um quadro síntese dos dois modelos. Na seção que se segue, far-se-á uma breve reconstituição histórica da influência destes modelos na política econômica brasileira. Na quinta seção discutir-se-ão, então, os rumos de pesquisa que estudiosos ligados a cada um dos modelos tomaram frente ao aparente insucesso das reformas em reconduzir o país a uma trajetória de crescimento sustentável. Na última seção a conclusão é apresentada.

2. Definindo Conceitos

Neste trabalho, serão chamados de **neoliberais** os economistas cuja preocupação primordial é defender o sistema de mercado, como meio praticamente exclusivo de atingir a eficiência econômica.

No caso da análise de países em desenvolvimento, existe a percepção entre esses economistas que o bom funcionamento dos mecanismos de mercado conduzirá naturalmente ao desenvolvimento. Esse é o ponto principal do que se denominará corrente neoliberal: o bom funcionamento do mercado levará ao desenvolvimento, ou em outras palavras, não existe nada essencialmente diferente na economia desses países que impeça o fluxo natural em direção ao desenvolvimento. Nesse sentido, poder-se-ia utilizar o termo empregado por Hirschman (1981) e chamar os neoliberais de adeptos da “monoeconomics”, ou seja, a visão de que a estrutura econômica de um país em desenvolvimento é a mesma de um país desenvolvido, apenas estão em estágios diferentes do processo de consolidação do capitalismo, ou, em outras palavras, “as equações são as mesmas, o que muda são os parâmetros”.

Portanto, nessa visão, o papel do Estado passa a ser o de garantir o bom funcionamento do mercado. Assim, admite-se alguma intervenção do Estado, mas ela só é aceitável se for para solucionar as falhas e permitir o melhor funcionamento possível do mercado, já que esse é o agente que promoverá o desenvolvimento.

Nesse contexto, as principais preocupações dos economistas neoliberais passam a ser políticas de equilíbrio monetário e financeiro, garantindo a não distorção de preços e, portanto, o bom funcionamento do mercado; a redução do Estado e a não interferência desse na alocação de recursos, seja através de incentivos, seja através de participação direta nos investimentos . Logo, é fácil compreender como na visão neoliberal o termo utilizado é “países em desenvolvimento” e não “subdesenvolvidos”, porque se trata de um estágio do desenvolvimento e não de uma característica própria de alguns países.

Quanto ao núcleo teórico, enquanto a corrente neoliberal tinha a sua disposição todo o aparato da economia tradicional e da análise de eficiência do mercado, cujo princípio básico é que uma economia capitalista tende a um equilíbrio de máxima eficiência sempre que os mecanismos de mercado puderem funcionar livremente, a corrente desenvolvimentista teve que desenvolver toda uma teoria para justificar porque o mercado não levaria essas economias a resultados satisfatórios. Segundo Hirschman (1981), a rejeição da monoeconomia exige a criação de uma estrutura teórica separada que explique porque grande parte da teoria convencional não funciona para países pobres e qual o instrumental que se pode utilizar para estudar estes países.

Neste estudo, consideram-se **estruturalistas ou desenvolvimentistas** os economistas que têm sua base analítica na Teoria de Raúl Prebisch ou da CEPAL (Comissão de Estudos para América Latina e Caribe), já que essa foi classificada por Ricardo Bielschowsky (2000) como “a versão regional da teoria do desenvolvimento”(p.24) e teve forte influência no modelo de desenvolvimento brasileiro pós 30.

O modelo estruturalista contrasta com o modelo neoliberal em dois de seus pontos fundamentais. O primeiro ponto é a rejeição da “monoeconomics” que está explícito no conceito fundamental da teoria da CEPAL: a divisão do mundo entre centro e periferia. Neste sentido, o termo utilizado por estes autores é “países subdesenvolvidos”, pois não se trata de um estágio do desenvolvimento, e sim de um estado, ou seja, a estrutura econômica desses países é diferente.

O segundo ponto é que o modelo estruturalista sustenta que o livre jogo das forças de mercado conduz à persistente manifestação dos problemas que atingem as economias

periféricas e que, portanto, alguma intervenção e direcionamento do Estado se faz fundamental.

Citando novamente Bielschowsky (1995): “entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão” (p.7).

Uma vez definidos claramente estes conceitos, passar-se-á a utilizar, sem mais cautelas, os termos **modelo neoliberal** e **modelo estruturalista**, ressaltando que, neste estudo, esses conceitos se resumem ao descrito nesta seção.

3. Base Teórica dos Modelos de Desenvolvimento

3.1. Teoria Estruturalista – Conceitos Fundamentais

O conceito central do estruturalismo é a divisão do mundo entre **centro e periferia**, ou seja, existe uma estrutura própria da periferia e o objeto de estudo é como o processo de acumulação ocorre nessa estrutura particular. Segundo Rodriguez (1981), tal abordagem

não procura captar o processo de acumulação e de progresso técnico em uma economia tipo capitalista, considerada isoladamente, mas elucidar quais as características que tal processo assume ao se difundirem as técnicas capitalistas de produção no âmbito de um sistema econômico mundial composto por centros e periferia (p.37).

Para Bielschowsky (2000), o método cepalino reside numa “fértil interação entre o método indutivo e a abstração teórica formulada originalmente por Prebisch¹” (p.21). Ou seja, a divisão do mundo entre centro e periferia, com estruturas completamente diferentes leva diretamente à rejeição da “*monoeconomics*” e à importância do método indutivo.

¹ Referindo-se ao texto publicado em 1949, “O Desenvolvimento econômico na América Latina e alguns de seus problemas fundamentais”, e complementados em 1950 nos textos da CEPAL “Estudo Econômico da América Latina” e “Problemas Teóricos e Práticos de crescimento econômico”.

Assim sendo, as raízes históricas das nações condicionaram sua participação na divisão internacional do trabalho e as características de suas estruturas produtivas. Em um primeiro estágio de difusão do progresso tecnológico, o centro era responsável pela produção de produtos industrializados, enquanto a periferia abastecia o centro com produtos primários. Nessa fase “para fora” da periferia, as técnicas novas só eram aplicadas no setor exportador ou atividades ligadas à exportação, coexistindo com setores atrasados e de baixa produtividade. Isso gerou na periferia uma estrutura **“especializada e heterogênea”**, enquanto a estrutura do centro é **“diversificada e homogênea”**.

A industrialização espontânea que se inicia nos anos 30 na periferia latino-americana, provocada pelo maior fechamento do novo centro dinâmico (EUA) e pela conjuntura das guerras mundiais, representa uma nova fase de difusão do progresso tecnológico. Ocorre uma transformação do desenvolvimento “para fora”, baseado na expansão das exportações, em desenvolvimento “para dentro”, baseado na ampliação da produção industrial. No entanto, ao penetrar em uma estrutura especializada e heterogênea, durante a industrialização, ou seja, antes de completar o processo de industrialização integralmente, perduram os problemas de balanço de pagamentos e de desemprego estrutural, inerentes à estrutura periférica.

Em outras palavras, enquanto não fosse concluído,

(...) o processo de industrialização enfrentaria permanentemente uma tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, já que o processo substitutivo aliviava as importações por um lado, mas impunha novas exigências, derivadas tanto da nova estrutura produtiva que criava como do crescimento da renda que gerava. Por essa razão, apenas alterava-se a composição das importações, renovando-se o problema de insuficiência de divisas (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 29).

Portanto,

durante o processo de industrialização: perdura deterioração dos termos de intercâmbio; manifestam-se problemas de balanço de pagamentos e de absorção de mão de obra; produzem-se desajustamentos intersetoriais da produção (carências de infra-estrutura, de oferta agrícola, etc.) e persistem as dificuldades de utilização e acumulação de capital (RODRIGUEZ, 1981, p. 47).

Ou seja, a livre movimentação das forças de mercado conduz à permanente manifestação dos problemas estruturais das economias periféricas. Assim, para que com a industrialização se consiga aumentar substancialmente os níveis de produtividade e otimizar a alocação de recursos, é preciso orientá-la por meio de uma política deliberada de desenvolvimento. Em outras palavras, condições

específicas da periferia limitam sua capacidade de crescimento quando entregues ao livre funcionamento das forças de mercado, o que justifica a intervenção e planificação por parte do Estado.

O conceito de centro-periferia possui, também, uma conotação dinâmica. Além da análise estática de diferenciação de suas estruturas, o processo de desenvolvimento, quando deixado ao livre jogo das forças de mercado, conduz à desigualdade. Ou seja, a desigualdade e o maior diferencial de renda entre centro e periferia é inerente ao processo de desenvolvimento econômico.

$$Y_r = L_p * P_p / L_i * P_i$$

Em que: L_p - produtividade dos produtos primários; L_i = produtividade dos produtos industriais; P_p - preço dos produtos primários; P_i = preço dos produtos industriais; Y_r = relação entre as rendas em ambas as atividades

Ou seja, assume-se que o progresso técnico seja mais acelerado no centro e que, portanto, a relação L_p / L_i diminua ao longo do tempo. Segundo a tese das vantagens comparativas, utilizada pela economia tradicional, a relação P_p / P_i deve aumentar e, assim, os frutos do progresso tecnológico do centro se difundem para a periferia. A tese da CEPAL é que esse movimento de preços em favor dos produtos primários não apenas não ocorreu como se inverteu, ou seja, ocorre uma deterioração dos termos de intercâmbio. Vale ressaltar que **a manutenção dos termos de intercâmbio já provocaria um diferencial de rendas entre centro e periferia provocada pelo diferencial de produtividades**. A deterioração implica que, além da periferia não absorver os ganhos do progresso técnico do centro, ela ainda transfere parte dos seus ganhos e, portanto, o diferencial de renda **cresce além do diferencial de produtividades**.

O principal motivo para se ressaltar que a deterioração dos termos de intercâmbio não é uma hipótese fundamental para a ocorrência do diferencial de renda, e, sim, apenas um dos canais é que boa parte das críticas à teoria cepalina se concentrou na tentativa de rejeitar empiricamente a hipótese de deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos

agrícolas, como se a rejeição da deterioração dos termos de intercâmbio invalidasse a toda a teoria estruturalista de Prebisch e da não convergência.

3.2. O Consenso de Washington e a retomada da estratégia neoliberal

Podem-se destacar dois importantes trabalhos que sintetizaram, codificaram os principais aspectos e visões e propagaram as idéias inerentes à estratégia neoliberal. Um deles é o famoso “Consenso de Washington” que inspirou a mudança da estratégia de desenvolvimento em vários países latino-americanos na década de 90, o outro, mais específico e aplicado à economia brasileira, é o trabalho de Franco (1998).

Com a crise da dívida externa, em agosto de 1982, vários dos países do terceiro mundo foram forçados a se ajustar. O documento elaborado por John Williamson tinha o objetivo de determinar precisamente o que “Washington” entendia por ajuste. Esse documento recebeu o famoso e polêmico nome de Consenso de Washington.

Enfim, o documento enumerava uma série de instrumentos necessários, segundo “Washington”², para ajustar essas economias e conduzi-las aos objetivos finais que eram: *crescimento, baixa inflação, balanço de pagamentos viável e uma melhor distribuição de renda.*

Os 10 instrumentos recomendados por “Washington” necessários para se atingirem esses objetivos finais eram: disciplina fiscal; prioridades de gasto público (direcionado para saúde, educação e investimentos em infra-estrutura e redução de subsídios); reforma tributária (que distorcesse minimamente o sistema de preços); taxa de juros determinada pelo mercado (preferencialmente com uma taxa real positiva e moderada); taxa de câmbio competitiva (elemento principal de uma economia com “orientação para fora”); política comercial de liberalização das importações; incentivo ao investimento direto externo; privatização (o principal argumento em favor da privatização é a maior eficiência do setor privado na condução da atividade econômica); desregulamentação; fortalecimento dos direitos de propriedade.

² Segundo o próprio John Williamson, por Washington deve-se entender, principalmente, o FMI, o *World Bank* e parte do “*executive branch*” americano, além do “IDB-*Inter-American Development Bank*”.

O nome “Consenso de Washington” causou muita polêmica. Williamson (2003), ao comentar as repercussões do documento, coloca que, para os opositores do Consenso, o documento não tinha nada de consensual e era sim “de Washington” por representar os interesses americanos. Para os defensores, o documento era realmente um consenso entre os principais economistas e o nome “de Washington” foi erroneamente escolhido, pois tinha um significado imperialista, o que não era o caso. Mesmo entre os defensores da reforma na América Latina, o nome “de Washington” causou certo desconforto como se fosse algo imposto de fora e não defendido pelos economistas latino-americanos. O próprio John Williamson achava melhor que o “Consenso de Washington” tivesse sido intitulado de “Convergência Universal”.

Menos importante do que o nome em si é a discussão sobre qual o verdadeiro papel do Consenso de Washington. Segundo o seu redator, ele não passa de uma lista que pode ser resumida em prudência macroeconômica, orientação para fora e liberalização interna, e que tinha como objetivo “ajustar” essas economias ante a séria crise que se instalou nesses países após a eclosão da crise da dívida em 82. Segundo ele,

em pouco tempo, a expressão havia escapado de seu significado original de uma lista de dez reformas específicas que a maioria das pessoas influentes de uma certa cidade concordavam que seriam boas para uma região específica do mundo em certo período da história, para significar uma agenda ideológica válida para todos os momentos e que supostamente estava sendo imposta a todos os países (WILLIAMSON, 2003, p. 286).

No entanto, nas seguintes passagens do texto original, publicado em 1990, e do texto posterior de 2003, o próprio autor aponta que o papel do “Consenso de Washington” pode ter sido bem maior que este:

(...) a lista de políticas estão todas baseadas na ‘*classical mainstream economic theory*’, ao menos os que consideram Keynes como clássico no momento. Nenhuma das idéias exploradas pela literatura do desenvolvimento – tais como *big push*, crescimento equilibrado e desequilibrado, oferta de trabalho ou modelo de dois hiatos, teve algum papel relevante no Consenso de Washington”(WILLIAMSON, 1990, p. 19).

Haviam se libertado do *apartheid* intelectual que, anteriormente, no período pós guerra, dividira o mundo entre países industriais (os que pertencem à OCDE), para os quais a estabilidade de preços, a economia de mercado e o livre comércio eram coisas boas; e os países em desenvolvimento, nos quais a inflação tinha causas estruturais, o Estado tinha de desempenhar um papel principal, e a industrialização pela substituição de importações propiciava uma via régia para o crescimento (WILLIAMSON, 2003, p.285).

Assim, a partir do “Consenso de Washington” uma outra estratégia de “desenvolvimento econômico” para a América Latina se propagou entre os economistas e essa estratégia passou a ser preponderante na elaboração da política econômica nos anos 90.

Em outras palavras, o que estava por detrás do “Consenso de Washington” era muito mais que algumas medidas emergenciais para tirar a América Latina da crise. A prescrição era mudar a maneira como os economistas e os “*policy makers*” viam os problemas que afetavam os países subdesenvolvidos. **O Consenso propunha uma mudança de estratégia, deixando de lado o diagnóstico fornecido pela teoria do desenvolvimento e propondo medidas de incentivo ao mercado baseado no “*mainstream econômico*”. Em outras palavras, ao refutar a teoria do desenvolvimento e ao enfatizar o “monoeconomismo”, o Consenso afirmava que a estratégia que levaria ao desenvolvimento econômico era outra e não a seguida até então. A nova estratégia deveria reforçar o mercado, livrar-se das interferências “prejudiciais” que o “*apartheid intelectual*” tinha imposto ao mercado, já que, nessa visão, o bom funcionamento do mercado levaria naturalmente ao desenvolvimento.**

O texto que melhor sintetiza a estratégia neoliberal, inspirada no “Consenso de Washington”, e que já estava em curso no Brasil, é do economista Gustavo Franco: “A inserção externa e o desenvolvimento” (1998). Em seu texto, o autor tenta delinear os principais traços da nova estratégia de desenvolvimento adotada no Brasil nos anos 90.

Assim, o “novo modelo” tem como agente do desenvolvimento o mercado, ou seja, é o livre funcionamento das forças de mercado que levará ao crescimento. Isso é colocado explicitamente no texto: “o novo modelo que se esboça, onde a mola mestra do processo é a produtividade, as ações de governo não são, em si, deflagradoras do processo de desenvolvimento. A dinâmica básica do desenvolvimento brasileiro começa a prescindir das ações do governo, especialmente no que toca os grandes programas e projetos de investimento, embora isto não seja o caso no tocante à configuração macroeconômica básica”, em seguida complementa “o governo não é mais o agente primordial do processo” (p.143).

Os alicerces da nova estratégia neoliberal são: a estabilidade; a abertura econômica e a redução do papel do Estado. No “novo modelo”, o Estado deve diminuir sua importância

nas intervenções diretas e nos projetos de investimento. O principal papel do Estado passa a ser garantir a estabilidade macroeconômica. Dessa forma, a privatização, a desregulamentação, a reforma tributária e a fortificação dos direitos de propriedade fazem parte dessa diminuição da presença do Estado na economia e do dismantelamento dos instrumentos através do qual isso ocorria.

O principal alicerce desse modelo é o processo de abertura econômica, que chega ao Brasil como uma necessidade diante da globalização que modifica as regras do comércio internacional. A abertura econômica, a privatização e a redução do papel do Estado causariam um abrupto crescimento da produtividade que deveria sustentar uma taxa de crescimento elevada nos anos seguintes.

Portanto, o crescimento, na estratégia neoliberal, ou no “novo modelo” como denomina Franco (1998), seria sustentado pelo aumento da produtividade e pelo investimento. A prioridade não era mais a simples acumulação de capital, mas a busca da eficiência. As fontes do investimento seriam, principalmente, a poupança privada e o autor defende, explicitamente, o uso da poupança externa, principalmente incentivando o Investimento Direto, para financiar esse crescimento.

Assim, as principais recomendações do “Consenso de Washington” estão presentes nesse “novo modelo de desenvolvimento” sintetizado por Gustavo Franco. De acordo com a estratégia neoliberal, totalmente embasada no *mainstream* da teoria econômica tradicional, a abertura econômica, a privatização e a redução do papel do Estado causariam um forte crescimento da produtividade que sustentaria uma taxa de crescimento elevada nos anos seguintes.

3.3. Economia Brasileira em duas versões – Quadro Síntese

Uma vez descritos os principais elementos teóricos dos dois modelos, pode-se construir um quadro síntese de seus principais aspectos.

	Modelo Desenvolvimentista	Modelo Neoliberal
Método	Histórico - Estruturalista (forte componente indutivo)	Abstrato - Dedutivo Tradicional
Corpo Analítico	Prebisch/ CEPAL	"Mainstream" Econômico
Conceito Fundamental do Corpo Analítico	Rejeição da "monoeconomics" e divisão do mundo entre Centro e Periferia	Aceitação da "monoeconomics" e análise de eficiência dos mercados competitivos
Origem do Subdesenvolvimento / Em desenvolvimento	Divisão Internacional do Trabalho que dividiu o mundo entre economias centrais (homogênea e diversificada) e economias periféricas (heterogênea e especializada) - Subdesenvolvimento é um Estado	Etapa Inferior do Desenvolvimento Capitalista - Estágio onde os instrumentos capitalistas ainda não estão totalmente desenvolvidos ou consolidados
Soluções para o Subdesenvolvimento	Remodelar a relação centro-periferia de modo que a periferia consiga absorver a dinâmica do progresso tecnológico, modificando assim a sua estrutura especializada e heterogênea	Desobstruir e fortalecer o mecanismo de mercado, permitindo um equilíbrio de mercado de máxima eficiência. Fortalecer as instituições capitalistas
Temas Recorrentes	Inserção Internacional / Vulnerabilidade Externa/ Condicionantes Estruturais Internos	Estabilidade Macroeconômica/ Reforma das Instituições capitalistas/ Eliminação de Falhas de Mercado (de modo a permitir o melhor funcionamento do mercado)
Agente do Desenvolvimento	Papel primordial do Estado como "guia" do desenvolvimento	Livre jogo das forças de mercado determinando a alocação de recursos
Estado	Direcionar Investimento / Política Ativa de Comércio Exterior/ Maximizar a renda gerada pela difusão do progresso técnico	Eliminar as falhas de mercado e garantir a estabilidade macroeconômica
Influência Predominante na Política Econômica Brasileira	Anos 30 a 79	Anos 90

4. Breve Perspectiva Histórica e a Influência dos Modelos de Desenvolvimento

Ao refazer a história econômica do país, parece evidente que diversificar a estrutura produtiva, objetivando modificar a posição do país na divisão internacional do trabalho e diminuir a transferência de renda ao exterior, foi um objetivo fundamental de política econômica entre as décadas de 1930 e 1970, confirmando, assim, a inspiração estruturalista.

Até 1930, o modelo de desenvolvimento brasileiro pode ser classificado como “para fora”, como colocam Celso Furtado (1959) e Maria da Conceição Tavares (2000). A

principal característica desse modelo é que o setor exportador, cuja demanda era determinada exogenamente, representava o centro dinâmico da economia, sendo exclusivamente responsável pelo crescimento do produto.

No bojo do modelo exportador, surgiram indústrias tradicionais, basicamente de alimentos e têxteis, voltadas para o mercado interno, que tinham como característica um baixo nível de produtividade quando comparadas ao setor exportador. A característica mais importante desse modelo é sua natureza dual:

O setor exportador era um setor bem definido da economia, geralmente de alta rentabilidade econômica, especializado em um ou poucos produtos ... Já o setor interno, de baixa produtividade, era basicamente subsistência, e somente satisfazia parte das necessidades de alimentação, vestuário e habitação (TAVARES, 2000, p.221/222).

Esse esquema dual de divisão de trabalho e a grande desigualdade de renda interna geraram uma **“tremenda disparidade entre a estrutura de produção e a composição da demanda interna, cujo o ajuste se dava por intermédio do mecanismo de comércio exterior”** (TAVARES, 2000, p. 222).

A grande depressão dos anos 30 causou uma forte queda na receita de exportação o que provocou uma ruptura com o modelo exportador. No Brasil, uma forte depreciação cambial pós-crise de 30, a necessária restrição e controle das importações, a manutenção da renda interna através da política de compra e queima do café, e a existência de uma capacidade ociosa foram as responsáveis pelo estímulo a primeira onda de substituição de importações e o conseqüente **deslocamento do centro dinâmico**. Posteriormente o processo ganha dinâmica própria.

Assim, a partir da crise de 1930, a economia brasileira passa a viver um novo modelo de desenvolvimento, classificado pela literatura como PSI, **Processo de Substituição de Importações**. O investimento na indústria para substituir as importações passa a ser o elemento dinâmico da renda interna.

Tavares (2000) define o PSI como um “processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (p.230).

Assim, o processo inicia-se com o Estrangulamento Externo gerado pela grande depressão nos anos 30 que provocou uma primeira onda de substituição de importações, possibilitada pela existência de capacidade ociosa. Quando essa capacidade é plenamente utilizada, aumenta o investimento e conseqüentemente cresce a demanda por importações de bens de investimento. A não disponibilidade de divisas na mesma proporção que o aumento da demanda por importações barra o processo de substituição de importações e gera um novo estrangulamento externo. O novo estrangulamento externo gera uma nova onda de substituição de importações, e assim o processo se repete diversas vezes.

Ou seja, durante o processo de industrialização, reproduziram-se os problemas de balanço de pagamentos e desemprego estrutural da fase pré-industrialização, pois cada fase da substituição de importações, por um lado aliviava as importações, mas por outro impunha novas exigências. É na superação dessas contradições que está a dinâmica do processo, lembrando que à medida que o processo avança vai se tornando cada vez mais difícil e custoso perseguir. O processo deve continuar até **“um ponto na divisão do trabalho com o exterior que correspondesse ao aproveitamento máximo dos recursos internos existentes”**.

A ordem natural é que primeiro se substituam produtos de consumo terminados, com menor componente tecnológico e baseados na demanda interna existente. No entanto, é preciso que a substituição também avance para os setores de intermediários e bens de capital para evitar que uma excessiva rigidez na pauta de importações comprometa o aprofundamento do processo.

Essa foi, ainda segundo Tavares (2000), uma característica importante do PSI brasileiro, ou seja, o PSI se aprofundou em setores de bens de capital e intermediários já nas etapas iniciais. Dessa forma, já na década de 30, além de aprofundar a substituição nos setores de bens de consumo leves, ou seja, alimentos e têxteis, os setores de Ferroligas, Aços Planos, Aços Longos, Cimento, Papel e Química tiveram um crescimento expressivo.

O Estado foi o agente primordial do processo, entrando diretamente no processo de industrialização nos setores em que o setor privado não tinha condições ou interesse de entrar. Esse foi o caso das principais indústrias de base e de intermediários, necessárias

para o prosseguimento do processo de substituição de importações, como energia elétrica, petróleo, siderurgia, telecomunicações, entre outras.

Além da participação direta no processo de industrialização, a política econômica durante grande parte desse período esteve primordialmente voltada para o projeto da industrialização por substituição de importações. Vários foram os instrumentos utilizados pelo Estado para “guiar” esse processo de reestruturação produtiva, como a política de licenças de importação, política tarifária e cambial, política de crédito, política de incentivo ao investimento direto estrangeiro, entre outras.

Após cerca de 50 anos do Processo de Substituição de Importações, sob forte inspiração estruturalista, no final da década de 70, esse modelo tinha resultado em uma economia industrial razoavelmente diversificada, embora ainda distante da fronteira tecnológica em muitos segmentos, uma economia bastante protegida da concorrência internacional, fortemente regulamentada, e com marcante presença do Estado, seja como regulador e direcionador do investimento, seja como investidor direto.

Na década de 80, esse modelo entrou em crise juntamente com as profundas transformações do cenário internacional que se iniciaram na década de 70 e culminaram em 1979, com um aumento abrupto da taxa de juros internacional. Nesta década, posteriormente denominada a década perdida, o país viveu um aprofundamento dos desequilíbrios macroeconômicos.

A deterioração fiscal e externa, a inflação altíssima e o fracasso de uma seqüência de planos de estabilização, juntamente com a deterioração das poupanças externa e pública, provocaram uma redução abrupta na taxa de investimento. A percepção era de que a trajetória de crescimento sustentável que o país viveu nas décadas anteriores tinha se perdido definitivamente, ao menos nos marcos do modelo vigente.

No início da década de 90, o cenário internacional foi marcado por um movimento cada vez mais intenso do fluxo de capitais, de informações e de transformação tecnológica. No cenário interno, havia uma percepção generalizada de que o profundo desequilíbrio macroeconômico e o marco institucional de um modelo baseado no PSI, não propiciariam a internalização dessas transformações no cenário internacional.

Assim, foi a partir da crise dos anos 80 e, possivelmente como consequência dela, que toda uma estratégia de desenvolvimento, que tinha inspirado a política econômica desde a década de 30, deixa definitivamente de ser predominante e a estratégia neoliberal ganha toda a força na influência da política econômica.

Dessa forma, baseadas nas recomendações do Consenso de Washington, as reformas dos anos 90 redefiniram o papel do Estado e fortaleceram o mercado na definição da alocação de recursos, assim como iniciaram um profundo processo de abertura da economia, tanto para os fluxos comerciais como para os fluxos de capitais. Logo, os três principais pilares das reformas dos anos 90 foram: a abertura econômica, a privatização e a desregulamentação econômica. Além disso, na condução da política econômica, foi dada prioridade total ao processo de estabilização, enquanto houve um intenso uso da poupança externa, ao menos enquanto isso foi possível.

5. O Novo Século e os Rumos de Pesquisa em Economia Brasileira

Frente à aparente frustração da estratégia neoliberal de desenvolvimento econômico em redirecionar o país à rota do crescimento sustentável, havia dois caminhos a se seguir. Um caminho seria questionar, ao menos parcialmente, o diagnóstico feito pelo Consenso de Washington e enfatizar que alguns aspectos relevantes levantados pela literatura do Desenvolvimento Econômico, ao serem completamente desconsiderados pela estratégia neoliberal, provocaram este resultado abaixo das expectativas. Esse foi o rumo seguido pelos novos estruturalistas, ou seja, adaptar a visão estruturalista ao novo contexto dos anos 90, mas sem perder os fundamentos da análise desenvolvida pela CEPAL.

Claramente, esse não foi o caminho apontado pela maioria dos adeptos da implantação da estratégia neoliberal, que passaram a defender o aprofundamento das reformas. Porém, frente à parcial frustração com o resultado das reformas, algumas modificações nessa estratégia também deveriam ser repensadas. Assim, as próximas subseções discutem um pouco a nova agenda neoliberal e o diagnóstico neoestruturalista da economia brasileira.

5.1. A Nova Agenda Neoliberal

Os adeptos da estratégia neoliberal atribuem esse resultado insatisfatório das reformas basicamente à incompletude do processo de reformas e ao cenário macroeconômico desfavorável. No texto “*After the Washington Consensus: Restarting Growth and Reform*

in Latin América”, Williamson (2003), o comportamento moderado do crescimento após as medidas do “Consenso de Washington” é atribuído a três causas fundamentais: primeiramente, alguns erros foram encorajados ou pelo menos não advertidos pela agenda do Consenso; em segundo lugar, algumas reformas de primeira geração (como, por exemplo, a reforma do mercado de trabalho) não foram concluídas e existe necessidade de reformas de segunda geração (reformas das instituições capitalistas); finalmente, era necessário um foco maior na equidade e não apenas no crescimento.

Quanto ao primeiro aspecto, ou seja, que erros foram não advertidos, John Williamson se refere à combinação âncora cambial mais liberalização de importações mais abertura da conta capital, que levou uma série de países emergentes a crises nos anos 90. Atribui à conjuntura macroeconômica os resultados pouco satisfatórios das reformas. A nova proposta é usar um câmbio competitivo flexível e metas de inflação. Aparentemente, esse caminho já estava sendo seguido pelos países em desenvolvimento no final dos anos 90, início do novo século, ao que parece sem grandes mudanças nas taxas de crescimento.

As últimas duas causas atribuídas ao sucesso reduzido do Consenso explicam porque vários dos principais economistas desses países, em particular do Brasil, se voltaram para o estudo de instituições e problemas de equidade. O texto “A Agenda Perdida” do economista Marcos Lisboa e outros (2002) é um bom exemplo disso. Nesse texto, o autor defende uma série de reformas de instituições que estariam freando o crescimento do país. Segundo o autor, essa é a agenda necessária para reconduzir o país ao crescimento, ou seja, é necessário terminar as reformas de primeira geração, especialmente a desregulamentação do mercado de trabalho, e iniciar as reformas de segunda geração que consistem em reformar as instituições capitalistas, permitindo o melhor funcionamento do mercado. No mesmo sentido, houve, no país, uma proliferação de estudos sobre desigualdade, pobreza e mobilidade social, como, por exemplo, o livro “Microeconomia e Sociedade no Brasil” de Lisboa e Menezes-Filho (2001).

5.2. O Diagnóstico Neoestruturalista

Nesta seção, analisar-se-á como impactou a globalização dos anos 90 e quais os problemas a serem investigados do ponto de vista de pesquisadores que tem no conceito de centro-periferia seu fundamento teórico.

O documento inaugural dessa fase da CEPAL é a “TPE”, Transformação Produtiva com Equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 90” – CEPAL 1990. A nova estratégia cepalina baseia-se na conquista de maior competitividade internacional “autêntica”, fundamentada na **incorporação deliberada e sistemática do progresso técnico ao processo produtivo**, enfatizando a necessidade da formação de recursos humanos e políticas tecnológicas ativas que permitam o “*catching up*” tecnológico.

Propõe-se uma maior abertura da economia, mas essa abertura deveria ser **gradual e seletiva, maximizando a introdução de progresso técnico, mas gerando o menor impacto possível sobre o desequilíbrio do balanço de pagamentos**. Para isso,

(...) a abertura deve viabilizar, ao mesmo tempo, a expansão das importações e das exportações, o que implica graduar a abertura em função da disponibilidade de divisas e harmonizar a política cambial com as políticas de proteção tarifária e de promoção das exportações, de modo a conferir neutralidade de incentivos entre a produção para mercado interno e para as exportações (BIELECHSCHOWSKY, 2000, p. 65).

Ou seja, assim como na estratégia neoliberal, a abertura é um passo importante para acelerar o “*catching up*” tecnológico e estimular o crescimento, no entanto, ela precisa ser **gradual e seletiva**, pois, caso contrário, problemas no balanço de pagamentos podem neutralizar os efeitos positivos da abertura.

Além disso, propõe-se uma nova forma de atuação do Estado que, embora diferente do passado, ainda mantenha seu papel como “guia” do desenvolvimento.

O momento é bastante importante para o pensamento da CEPAL pois existe uma certa analogia entre os anos 50 (início das idéias cepalinas) e o contexto dos anos 90. Nos anos 50, os autores estudavam como a nova fase de expansão do progresso tecnológico tinha alterado a estrutura produtiva da periferia de sua fase “para fora” para sua fase “para dentro”, sem com isso eliminar os problemas intrínsecos ao desenvolvimento periférico. Nos anos 90, a globalização configura uma nova fase de expansão do progresso técnico no mundo. Da mesma forma, as reformas exigidas às economias periféricas para inserção nessa nova relação centro-periferia configuram uma transformação importante na estrutura da periferia, mas também não eliminam os problemas intrínsecos ao desenvolvimento periférico. Como nos anos 50, busca-se entender as exigências que o novo modelo de inserção internacional faz em termos de modernização dos atrasados

aparelhos produtivos da periferia. O tema da vulnerabilidade externa, e mais especificamente em sua nova versão, a vulnerabilidade financeira, continua recorrente nos trabalhos da CEPAL. Assim,

o programa de investigação cepalina nos anos 90 volta seu foco as transformações provocadas por outra mudança de modelo de acumulação na região (...) Este programa parte do reconhecimento de que este conjunto de reformas liberalizantes pode ter influência positiva sobre o processo de crescimento, desde que seja bem conduzido. Mas, por outro lado, a atual investigação cepalina exige o reconhecimento que na América Latina justifica-se um conjunto de políticas públicas de suporte ao desenvolvimento, em função das peculiaridades das estruturas produtivas, da organização de mercados e, não menos importante, da configuração da sociedade nos países da região (BIELCHSCHOWSKY, 2000, p. 68).

Portanto, **o neoestruturalismo estuda as transformações na estrutura econômica da periferia provocadas por outra mudança no modelo de acumulação da região**, ou seja, um novo modelo baseado na liberalização dos mercados e na reforma do Estado. **A análise das implicações dessas profundas transformações no crescimento econômico, na distribuição de renda, no *catching up* tecnológico, e no posicionamento do país na divisão internacional do trabalho são o núcleo das preocupações neoestruturalistas. Ainda que se reconheça o possível impacto positivo das reformas, a agenda neoestruturalista reafirma o papel do Estado como condutor deste processo, gerenciador da reestruturação produtiva e do *catching up* tecnológico, e enfatiza a relevância da forma de inserção no mercado internacional.**

Logo, os principais trabalhos dessa corrente têm focado nas conseqüências do processo de reforma na estrutura produtiva da América Latina e no Brasil, como por exemplo Ferraz, Kupfer y Iootty (2004) e o livro de Ffrench-Davis (1999). A participação do Estado na condução do processo de reformas e na maximização dos ganhos com a liberalização dos mercados, assim como seu papel relevante na questão da distribuição de renda são assuntos recorrentes, como aponta Saludjian (2004).

6. Conclusão

Na década de 80, enquanto a economia mundial vivenciava profundas transformações em função da globalização dos mercados de bens e financeiros e da transformação do marco tecnológico, a América Latina vivenciava o aprofundamento de seus desequilíbrios macroeconômicos. Formou-se, assim, uma percepção generalizada de que a América

Latina, e em particular o Brasil, não internalizaria os ganhos dessas transformações na economia mundial com um marco institucional baseado no Processo de Substituição de Importações, cuja base teórica era o estruturalismo.

Assim, passou a se defender um novo modelo de desenvolvimento, que neste estudo, chamamos de modelo neoliberal. O principal documento que sintetizou os principais aspectos deste novo modelo para a América Latina foi o Consenso de Washington. O economista Gustavo Franco, sintetizou esse novo modelo de desenvolvimento mais especificamente para o caso brasileiro. Ou seja, o novo modelo, tinha como base a abertura econômica, a estabilidade e a transformação do papel do Estado, principalmente através de um forte processo de privatização. No novo modelo, o agente de desenvolvimento é o mercado. A abertura, a privatização e a desregulamentação causariam um choque de produtividade na economia brasileira, que sustentaria uma alta taxa de crescimento dos próximos anos.

No Brasil, essas reformas foram efetivamente implementadas nos anos 90: houve um intenso processo de abertura econômica e financeira, uma forte e abrupta desregulamentação, um dos maiores programas de privatização do mundo, e uma prioridade quase que absoluta à estabilização.

No entanto, passados alguns anos, podemos dizer que as reformas não reconduziram o país a uma trajetória de crescimento sustentável. Assim, estudiosos de ambos os modelos, neoliberais e estruturalistas, têm voltado seus estudos para entender as causas desses resultados abaixo das expectativas, sem negligenciar a radical transformação no contexto histórico que ocorreu nos anos 80 e 90.

Porém, como os modelos têm marcos analíticos distintos, o encaminhamento deste questionamento tem sido diferente. Os adeptos do modelo neoliberal atribuem estes resultados basicamente à incompletude do processo de reformas, principalmente no que tange às reformas institucionais e microeconômicas. Assim, proliferaram no país estudos de reformas microeconômicas e institucionais, como os trabalhos contidos em Lisboa (2002).

Já os neoestruturalistas reconhecem o impacto positivo que as reformas liberalizantes poderiam ter, mas enfatizam a necessidade de uma condução bem formulada e adequada

a questões específicas da América Latina. Conseqüentemente, defendem um papel mais ativo do Estado na condução destas transformações para minimizar as conseqüências negativas deste processo como, por exemplo, o desequilíbrio do balanço de pagamentos e a desaceleração do *catching up* tecnológico, que poderiam reduzir os ganhos das reformas.

Um ponto em comum das duas visões é a preocupação, mais latente que nas décadas anteriores, com a questão da distribuição de renda como parte do processo de desenvolvimento. Ainda que haja este ponto de convergência, a abordagem é um pouco distinta. No modelo neoliberal, os estudos se voltam para uma inclusão social unicamente via mercado, onde o papel principal do Estado seria o de apenas focalizar melhor seus gastos sociais como reforça os estudos contidos em Lisboa e Menezes-Filho (2001) e Ministério da Fazenda (2004). Já os neoestruturalistas defendem que o Estado, além de focalizar seus gastos sociais, atue mais ativamente na questão da equidade, como ressalta Saludjian (2004).

Finalmente, o grande ponto de desencontro dos modelos reside, como sempre ocorreu, no papel do Estado. Enquanto no modelo neoliberal, o papel do Estado é de eliminar as falhas de mercado, garantir um ambiente macroeconômico estável, e concentrar gastos em desenvolvimento social, no modelo neoestruturalista, o Estado continua tendo um papel relevante como guia do desenvolvimento, embora em um marco institucional mais desregulamentado e com menos intervenção direta nos projetos de investimento.

Concluindo, este estudo sistematizou e analisou os dois modelos de desenvolvimento econômico que inspiraram a adoção de políticas econômicas após a década de 30, assim como suas bases teóricas e analíticas. O objetivo principal era entender o rumo da pesquisa em economia brasileira neste novo século, considerando o momento histórico do pós reforma à luz destes dois modelos.

Citando Arida (1996), que constatou que “A evolução da ciência econômica é pontilhada, como é o desenvolvimento de qualquer ciência, por controvérsias”(p. 29) e que “o modo de resolução de controvérsias em economia não pode ser descrito como uma superação positiva”(p. 27), este trabalho não teria a presunção de objetivar contribuir na resolução da controvérsia. A contribuição do trabalho se limita a tentar entender os rumos da

pesquisa em economia brasileira, assim como apontar a coerência entre essas agendas de pesquisa e a base analítica do respectivo modelo de desenvolvimento.

7. Referências Bibliográficas

Arida, Pêrsio “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica” in Biderman, Ciro e outros. *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

Baumann, R., org. *Brasil: uma década em transição*. Rio de Janeiro: Editora Campus 2000.

Bielschowsky, Ricardo “Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL-Uma Resenha” in R. Bielschowsky org *Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL* Editora Record 2000.

Bielschowsky, Ricardo *Pensamento Econômico Brasileiro 1930 1964 O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*, Rio de Janeiro Ed Contraponto, 1995

CEPAL, “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 90” in R. Bielschowsky org. *Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL* Editora Record 2000

CEPAL, “Estudo Econômico da América Latina” in R. Bielschowsky org. *Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL* Editora Record 2000

Ferraz, J.C., Kupfer, D. y Iooty, M. “Competitividad industrial en Brasil- 10 años después de la liberalización” *Revista de la CEPAL* 82, abril/2004

Ffrench-Davis, R. *Macroeconomia, Comercio e Finanzas para reformar las reformas en America Latina*, CEPAL-Mc Graw Hill, Chile

Franco, Gustavo HB “A inserção externa e o desenvolvimento” São Paulo, *Revista de Economia Política* vol. 18, n. 3, julho-setembro/1998.

Furtado, Celso *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: ed. Fundo de Cultura, 1959

Giambiagi, F. e Moreira, M.M., org *A Economia Brasileira nos anos 90* BNDES 1999

Hirschman, Albert. "The Rise and Decline of Development Economics." Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond. (1981)

Lisboa, Marcos e Menezes Filho, N. A. *Microeconomia e Sociedade no Brasil* Rio de Janeiro: Contracapa 2001

Lisboa, Marcos (org.) "A Agenda Perdida: Diagnósticos e Propostas para a Retomada do Crescimento com Maior Justiça Social" IFB 2002

Loayza, Norman; Fajnzylber, P. and Calderón, C. "Economic Growth in Latin America and the Caribbean" *Washington DC: The World Bank* 2002

Ministério da Fazenda do Brasil, Política Econômica e Reformas Estruturais, abril/2003

Prebisch, R. (1949) "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais" in R. Bielschowsky org. *Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL* Editora Record 2000

Prebisch, R. (1950) "Problemas Teóricos e práticos do crescimento econômico" in R. Bielschowsky org. *Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL* Editora Record 2000

Rodriguez, Octavio *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL* Rio de Janeiro Ed Florense- Universitária, 1981

Saludjian, A. "Las Teorias de la CEPAL y la inserción mundial de América Latina. Una confrontación entre estructuralismo y neoestructuralismo" Lauréat de la bourse Lavoisier du Ministère des Affaires Etrangères Français, 2004

Tavares, Maria da Conceição "Auge e Declínio do processo de substituição de importações no Brasil" in R. Bielschowsky org. *Cinquenta anos de Pensamento da CEPAL* Editora Record 2000

Williamson, John & Kuczynski, P.P. *After the Washington Consensus: Restarting Growth and Reform in Latin América*. ISBN paper 2003

Williamson, John “What Washington mean by Policy Reform” in a conference held by the Institute for International Economics in November 1989, published as the opening chapter in the conference volume *The Progress of Policy Reform in Latin America* 1990.